

**LEITURA, HISTÓRIA, LITERATURA,  
INTERTEXTUALIDADE: CONFLUÊNCIAS**

*Alba Olmi\**

**RESUMO**

Este ensaio focaliza a relação leitura/literatura, numa tentativa de definir sua natureza e suas funções, particularmente no que se refere à leitura intertextual vista como processo cognitivo, e ao papel do leitor nesse processo, como criador de significados.

**Palavras-chave:** leitura, história, literatura, funções da literatura, natureza da literatura, leitura literária e intertextualidade, o papel do leitor, processos cognitivos.

**ABSTRACT**

This essay focuses on the relationship reading/literature, trying to define its nature and its functions, specially related to the intertextual reading regarded as a cognitive process as well as to the reader's role in that process as a creator of meaning.

**Keywords:** reading, History, literature, literature's functions, literature's nature, literary reading and intertextuality, the reader's role, cognitive processes.

---

\* Doutora em Literatura Comparada pelo PPGL da UFRGS e Professora do Departamento de Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul/RS – UNISC. olmi@viavale.com.br

## INTRODUÇÃO

*Na medida em que a leitura é para nós a iniciadora cujas chaves abrem no fundo de nós mesmos a porta das moradas onde não saberíamos penetrar, seu papel em nossa vida é salutar. Torna-se perigosa, ao contrário, quando, em lugar de nos despertar para a vida pessoal do espírito, a leitura tende a substituir-se a ela.*

Marcel Proust

As formas de ler e as transformações que as práticas de leitura sofreram ao longo dos séculos representam uma abordagem relevante para a análise das práticas culturais ao longo da história da civilização ocidental. Se, de fato, é verdade que a escritura, e portanto a possibilidade de perpetuar textos, representa tradicionalmente o divisor de águas entre a história e a pré-história, também é verdade que a leitura é inevitavelmente acompanhada pela prática da escritura e representa, portanto, o reflexo especular de qualquer época histórica.

Por acaso não falamos de "leitura" do passado? Numa época como a atual, quando as práticas de leitura estão sofrendo transformações profundas — ditadas sobretudo pelo surgimento de novas práticas de escritura e de transmissão de mensagens escritas — a investigação sobre a leitura, além do tradicional enfoque sociológico, também revela a dimensão histórica que é atualmente objeto de experiências extremamente interessantes. Contudo revela também a dificuldade, aparentemente insuperável, da escassez de documentação direta bem como os problemas cognitivos a ela relacionados.

### 1 UM PERFIL DA LEITURA NO MUNDO OCIDENTAL

As fontes que nos permitem reconstituir as práticas de leituras de épocas passadas são de fato poucas e fragmentárias. Os documentos chegam, na maior parte das vezes, de forma indireta: eles são representados prevalentemente pelas formas assumidas, nas várias épocas, pelos livros e por outros testemunhos da cultura escrita. Através dessa documentação, certamente rica, mas indireta, podem-se obter, quando muito, sugestões, hipóteses e aproximações, ou então podem surgir algumas interrogativas.

Que o surgimento de uma nova forma de "livro" como o *Codex*<sup>1</sup> tenha

<sup>1</sup> Uma espécie de livro composto por folhas dobradas, reunidas e amarradas, que assinalou

representado — no mundo antigo — uma autêntica revolução cultural é, sem dúvida, algo mais do que uma simples hipótese. Que entre os elementos que favoreceram sua afirmação tenha havido também a afirmação de novos leitores e de novos textos, além de práticas que conjugavam a possibilidade de ler e de escrever contemporaneamente, ação totalmente impossível com os livros em forma de rolos de papiro, é opinião já amplamente aceita, assim como é bastante difundida e partilhada a idéia de que a invenção de Gutemberg não foi acompanhada pela emergência de formas revolucionárias do ato de ler. Por outro lado, hoje a possibilidade já concreta de dispor de textos constituídos de estruturas não lineares, através de suportes eletrônicos e digitais, representa certamente uma das maiores revoluções no campo da leitura. No entanto, tudo isso é raramente mencionado diretamente pelos leitores das várias épocas, mas testemunhado pela forma dos textos e pelos traços de seu emprego que os leitores deixaram em seus suportes.

Leitura em voz alta e leitura silenciosa, leitura intensiva e extensiva, leitura linear e "navegação" hipertextual representam quase sempre práticas mais imaginadas do que conhecidas. Todavia o patrimônio das pesquisas, das análises e das reflexões que vieram se acumulando nos últimos anos já produziu teorizações de indubitável interesse.

De acordo com o bibliógrafo McKenzie,<sup>2</sup> por exemplo, novos leitores produzem novos textos, e seus significados constituem as funções de suas novas formas. Esta é sem dúvida uma "leitura" em chave otimista dos processos históricos. Isso significa dizer que são justamente os impulsos que vêm de baixo a produzirem os movimentos históricos. Todavia a dúvida de que o procedimento também possa ocorrer numa direção totalmente inversa não está completamente resolvida na *História da leitura no mundo ocidental* organizada por Cavallo e Chartier (1999).<sup>3</sup>

Um dos fios condutores dessa coletânea de ensaios reside na crença de que com o verbo "ler" se identificam e se sobrepõem significados substancialmente diversos no espaço — especialmente no espaço social — e no tempo. Não é por acaso que a primeira contribuição da obra, assinada por Jesper Svenbro (A

paulatinamente, já a partir do séc. II d.C., a transição do livro-rolo de papiro, destinado à classe dominante, para o *codex*, destinado a uma divulgação maior da leitura para classes sociais e níveis culturais menos elitizados. Cf. Cavallo e Chartier, p. 91 e ss, 1999.

<sup>2</sup> Cf. MCKENZIE, D.F. *Bibliography and the sociology of texts*. London: The Panizzi Lectures, 1985, p. 4.

<sup>3</sup> CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. São Paulo: Ática, 1999.

*Grécia arcaica e clássica*: a invenção da leitura silenciosa p. 41-69) está centrada nos numerosos verbos que em grego antigo indicavam o ato de ler, cada um com suas nuances diferentes de significado. A partir das duas formas-base de *nemein* (distribuir, no sentido de ler em voz alta) e *legein* (ler), combinadas em cada caso com diferentes preposições, é reconstruída a evolução histórica das práticas leitoras do mundo grego.

Numa outra abordagem, Guglielmo Cavallo (*Entre volumen e codex. A leitura no mundo romano*, p. 71-102) volta-se para um tema que descreve a passagem do *volumen*, livro-rol de papiro amplamente utilizado já desde o séc. II a.C., ao *codex*, desenvolvido de forma original justamente porque vai em busca dos traços de uma transformação que alcançou não apenas a produção livreira, mas também, e sobretudo, as práticas de leitura. Basta pensar na possibilidade oferecida pela nova forma do livro que acoplava a atividade do ler ao ato de escrever e atentar para as diferenças que essa nova oportunidade introduziu no trabalho intelectual.

Nos ensaios de Malcom Parkes (*Ler, escrever, interpretar o texto: práticas monásticas na Alta Idade Média*, p. 103-122), de Jaqueline Hamesse (*O modelo escolástico da leitura*, p. 123-146) e de Paul Saenger (*A leitura nos séculos finais da Idade Média*, p. 147-184) são ilustradas, respectivamente, a passagem da leitura em voz alta à leitura silenciosa, com a consequente introdução do sistema de separação das palavras e da pontuação, o surgimento de práticas leitoras não lineares e a *mise en page* típica da Escolástica. E, finalmente, a extensão da leitura dos ambientes monásticos aos ambientes laicos (sobretudo os ambientes universitários) no final da Idade Média, época com a qual se relaciona o desenvolvimento de uma conscientização crítica frente ao texto.

Robert Bonfil, por sua vez, completa o panorama da Idade Média com um olhar para o mundo hebraico (*A leitura nas comunidades judaicas da Europa Ocidental na Idade Média*, p. 185-223), enquanto Anthony Grafton (*O leitor humanista*, p. 5-46) se detém, com grande refinamento e riqueza documental, no “Caderno dos Lugares-Comuns”, experiência típica do Humanismo e autêntica especialização de pedagogos e preceptores.

Nas contribuições de Jean-François Gilmont (*Reformas protestantes e leitura*, p. 47-78) e de Dominique Julia (*Leituras e Contra-Reforma*, p. 79-116) se inferem, no quadro das novidades que as lutas religiosas introduziram nos modelos de leitura, novas classificações que redefinam a relação entre mundo católico e mundo protestante. Numa contraposição entre o modelo católico, com base na audição e na palavra, e o modelo da Reforma, com base na escritura, parece surgir outra forma de leitura que vê, por um lado, católicos e reformistas luteranos e, por outra, reformistas calvinistas ou pietistas.

UNISC  
DOAÇÃO

Por sua vez, o historiador Roger Chartier desenha uma geografia que entra dos *pliegos sueltos*<sup>4</sup> aos *chapbooks*<sup>5</sup> no ensaio *Leituras e leitores “populares” da Renascença ao período clássico* (p.117-134), no qual é identificada, para cada um desses tipos de textos, uma dimensão diferente da leitura, acrescida de valiosa documentação.

Na seqüência, Reinhard Wittmann (*Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII?* p.135-164) e Martyn Lyons (*Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários*, p. 165-202) analisam as dimensões sociológicas e econômicas da leitura antes, durante e depois da Revolução Industrial, com o surgimento da alfabetização de massa.

O ensaio de Armando Petrucci, que fecha o volume (*Ler por ler: um futuro para a leitura*, 1999, p. 203-227), lança um olhar crítico sobre a realidade contemporânea na qual os fenômenos da invasão da nova mídia determinam não somente a invasão da imagem, mas também aquela passagem do código linguístico para o código eletrônico, que se anuncia não menos revolucionária do que aquela do rolo de papiro para o *codex*, com grandes reflexos sobre os hábitos de leitura na medida em que a *conservação breve e a ausência de uma exata colocação, e portanto de uma segura possibilidade de reencontrar a obra, torna difícil, senão impossível, uma operação repetida frequentemente no passado: a releitura de uma obra já lida*, o que vem modificar profundamente a concepção de livro *como texto sobre o qual se medita algo [...], não certamente da concepção do livro como um mero objeto de uso instantâneo, para ser consumido e perdido ou até mesmo descartado depois de lido* (p. 223).

Além disso, a difusão da alfabetização voltada para novos sujeitos determina a crise dos modelos de leitura que poderíamos definir “ocidentais”, o que nos leva a pensar na possibilidade da morte do leitor e no desaparecimento da leitura como a consequência inelutável da civilização eletrônica, do triunfo das imagens e da comunicação eletrônica como um todo.

Roger Chartier discute esse problema em *Lecteurs et lectures à l’âge de la textualité électronique*.<sup>6</sup> Diferentemente da tela do cinema ou da televisão, diz Chartier, os novos meios de comunicação também trazem textos, mas não apenas textos: eles propõem um suporte novo à cultura da escrita e uma nova forma de livro. Com a nova materialidade do livro, alguns atos se tornam

<sup>4</sup> Fórmula editorial específica, a do *pliego suelto* possuía forma de livrete de 4 ou 8 páginas (ou até mais) e servia basicamente para divulgar a literatura de cordel dos séc. XVIII e XIX.

<sup>5</sup> Pequenos livros ou panfletos contendo poemas, baladas, histórias ou breves tratados religiosos, vendidos nas ruas por mercadores.

<sup>6</sup> O texto foi traduzido para o espanhol com o título: Muerte o transfiguración del lector? e publicado na revista *Occidente*, Madrid, mar. 2001. O original está disponível em [http://jamillan.com/para\\_char.htm](http://jamillan.com/para_char.htm). Acesso em 3.4.2003.

impossíveis, como ler e escrever ao mesmo tempo, folhear um livro, buscar uma passagem já lida. Devemos pensar que tudo isso substituirá a leitura tradicional (livros, jornais, revistas)? Chartier acredita mais na coexistência - não necessariamente pacífica - entre as duas formas de livro e os três modos de inscrever-se e de comunicar dos textos: a escritura manual, a publicação impressa, a textualidade eletrônica.

É certamente preferível, segundo Chartier, aceitar essa hipótese do que lamentar a perda irremediável da cultura escrita, bem como aquele *entusiasmo imprudente que anunciava a entrada imediata e irrevogável numa nova era da comunicação*. O sonho pode ser sedutor, mas é preciso lembrar que a conversão eletrônica de todos os textos não começa com a informática nem deve significar o esquecimento ou, pior, a destruição dos manuscritos ou dos textos impressos. O historiador francês conclui que num futuro que já é o nosso presente esses efeitos deverão ser administrados e serão de *nossa responsabilidade comum*.

## 2 LEITURA E LITERATURA

*Entendo por "literatura" não um corpo ou uma seqüência de obras, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu chamo, quanto a mim, "literatura".*

Roland Barthes

A resenha histórico-cultural organizada por Cavallo e Chartier, ampla, erudita e bem documentada, não se detém no questionamento sobre o significado de "leitura" ou sobre os processos mentais nela envolvidos, mesmo porque o enfoque é eminentemente histórico-político, a partir de dois objetivos principais: *Reconhecer as coerções que limitam a freqüência aos livros e a produção do sentido; inventariar os recursos mobilizáveis pela liberdade do leitor - uma liberdade sempre inscrita no interior de dependências múltiplas, mas que está em condições de ignorar, deslocar ou subverter os dispositivos destinados a reduzi-la* (1999, p. 37). Assim que, depois da leitura dos dois volumes que compõem a obra, surgem questionamentos paralelos sempre presentes e instigantes que nos levam a procurar desvendar outros aspectos e outros entrelaçamentos da leitura com outro campo que envolve problemas os

mais diversos: a literatura. Não se pode negar que o binômio leitura e literatura constitui, de fato, *mais do que uma rima, menos do que uma solução*, conforme o sugestivo título do ensaio de Marisa Lajolo (1991).<sup>7</sup>

A própria literatura, um dos grande terrenos da leitura, ainda não respondeu a perguntas do tipo: a obra literária é fruto do gênio ou de técnica? É um impulso interior ou uma necessidade histórica? A leitura literária é uma forma de evasão ou devaneio? A literatura pode ser também comunicação? Para que serve a literatura? Que respostas pode dar a literatura em termos educacionais e cognitivos?

Tentando dar uma resposta a essas questões, poder-se-ia dizer que a literatura possui um estatuto particular em relação a outras disciplinas. Parece que todos têm dela uma idéia bastante concreta, mas parece que ninguém saberia dizer exatamente o que ela é, sem arriscar-se a limitar em demasia seus horizontes.

O fato é que, por sua natureza, a literatura não é algo definido ou definível. E tampouco é definido o amplo leque dos diversos empregos que dela se fazem ou se podem fazer. Uma das primeiras concepções da literatura que todos, em diversas medidas, procuramos amadurecer deriva diretamente do ambiente escolar, no qual, desde crianças, nos são dadas aulas de língua materna muitas vezes justamente pela leitura de textos literários e, na medida em que avançamos nos estudos da língua materna, ela vai transformando-se em História da Literatura, onde encontramos e lemos poesia e prosa que pertencem ao patrimônio cultural de cada nação.

Com freqüência, nesse contexto, os escritores surgem como gênios que vivem sua inspiração como um dom divino e que, por isso, parecem provir de e viver noutra dimensão quase extraterrena. É assim que nascem as obras-primas da literatura, obras que, no entanto, são analisadas, esmiuçadas pelos críticos que estudam suas implicações históricas, seus conteúdos filológicos, sociais, pedagógicos ou retóricos. Chega o momento de perguntar-se: poetas e prosadores têm consciência de sua arte ou esta nasce espontaneamente como um fluxo miraculoso? Eles escrevem para ser lidos ou escrevem para satisfazer necessidades íntimas e próprias?

Trata-se do clássico problema de avaliar o quanto de genialidade, o quanto de técnica se oculta na literatura e qual é sua dimensão psicológica, tanto em relação a quem escreve quanto a quem lê. Em outras palavras, a literatura é um

<sup>7</sup> LAJOLO, Marisa. Leitura-literatura: mais do que uma rima, menos do que uma solução. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Teodoro da. *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1991. p. 87-99.

dom ou uma profissão? Pergunta irresolúvel no sentido de que a literatura é ambas as coisas, é uma combinação feliz de inspiração e técnica e talvez por essa razão é lícito, de qualquer maneira, considerá-la miraculosa. Todavia resta um fato: por si só, nem a inspiração nem a técnica podem explicá-la.

A teoria freudiana do inconsciente e da literatura nos abre outro aspecto não menos relevante sobre o qual iniciar uma reflexão. Segundo Freud, a literatura nasce no homem de uma exigência inconsciente, quase como os sonhos (1994).<sup>8</sup> Banalizando bastante a questão, poder-se-ia dizer que a literatura provém de um impulso interior, de um inconsciente que se concretiza e se vislumbra na escritura. Nesse sentido, por exemplo, encontramos a escritura automática dos surrealistas.

Por outro lado, também existe um processo histórico que pode explicar senão o surgimento de toda a literatura pelo menos uma parte dela ou de suas formas. É inegável, por exemplo, que a rima e, num espectro mais amplo, a assonância, constituintes fundamentais da retórica poética, inclusive para o homem contemporâneo, nasceram da antiga exigência da tradição oral de transmitir conteúdos fáceis de serem memorizados. De geração para geração toda a história e o saber humano foram transmitidos mnemônica e oralmente através da poesia. E talvez, quem sabe, isso já fosse literatura. Sob certos aspectos, certamente sim, sob outros aspectos talvez ainda não fosse literatura. Mesmo assim resta um fato: seja que se trate de um impulso interior e incontrolável, ou de uma necessidade histórica calculada, das recordações de uma infância perdida ou da memória de todo um povo, parece evidente que a literatura possui um valor tanto individual quanto social, ligado ao passado e projetado no futuro, passando, necessariamente, pelo conhecimento.

Num enfoque filosófico, Roland Barthes vê a literatura como a forma mais ampla de liberdade, pelo trabalho de *deslocamento* que o escritor exerce sobre a *língua* (1997, p. 17),<sup>9</sup> que se constitui de uma mensagem sobre o sentido das coisas. Sua força reside, sempre para Barthes, em três conceitos gregos: *Mathesis* (significância, sabor das palavras acrescido pelo sujeito da enunciação), *Mimesis* (força de representação com função utópica, pois o real não é representável), *Semiosis* (a linguagem sobre as linguagens, a combinação de signos que produz a polissemia). A força semiótica da literatura reside, pois, em seu brincar com os signos, na instauração de uma *verdadeira heteronímia das*

<sup>8</sup> Cf. FREUD, Sigmund. *Il motto di spirito e la sua relazione con l'inconscio*. Milano: Rizzoli, 1994, (1905).

<sup>9</sup> BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução e pós-fácio de Leyla Perrone-Moisés. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

coisas (id., ibid., p. 18, 21, 22, 29). Para Barthes, o melhor escritor é aquele que conhece a artificialidade da escritura e brinca com ela.

Considerando o questionamento sobre a relação entre a literatura e o social, entre literatura e filosofia, entre literatura e linguagem, surgem outros: a literatura se define por seu conteúdo ficcional ou, pelo contrário, por seu valor de verdade? Lemos para “vagar” por mundos criados, para nos ausentarmos deste mundo real, ou lemos para descobrir e apreender a realidade, ou para construí-la? Uma resposta a esses questionamentos pode nos dizer alguma coisa a respeito da função da literatura e, conseqüentemente, da leitura e dos processos emotivos e cognitivos, porque é a literatura que *encena a linguagem em vez de, simplesmente, utilizá-la, a literatura engrena o saber no rolamento da reflexividade infinita: através da escritura, o saber reflete incessantemente sobre o saber, segundo um discurso que não é mais epistemológico, mas dramático* (BARTHES, 1997, p.19).

### 3 O QUE É E PARA QUE SERVE A LITERATURA?

Ao longo da história da civilização, a literatura foi freqüentemente “instrumentalizada” pela política e pela ideologia. É a literatura engajada de um Jean-Paul Sartre ou, nas antípodas, a denúncia do Nobel chinês Gao Xingjian, entre muitos outros. O conceito que subjaz a essa instrumentalização é que a literatura é um ato comunicativo fundamental, com o qual se informam e se formam ideologicamente os homens. Como sustentava Sartre, a literatura deve denunciar as verdades do mundo para torná-las presentes na consciência dos homens.

Trata-se certamente de uma instrumentalização, mas também de uma importante valorização em sentido social e histórico da literatura. Contudo, num viés oposto, encontramos numerosos exemplos de um emprego quase extemporâneo da literatura. A célebre fórmula da “arte pela arte”, cunhada por Theophile Gautier no século XIX, pode compreender todas as escolas estéticas que quiseram isolar a arte de qualquer coordenada social, retirando dela todo contato com o mundo real, deixando-lhe apenas a quintessência de sua própria natureza, embora não conseguindo, tampouco nesse caso, definir qual é ou qual seria essa natureza. Trata-se de outra “instrumentalização”, embora mais sutil, que deseja encerrar a literatura numa caixa dourada, como se fosse um alimento reservado aos deuses (ou aos poetas, aos homens da elite intelectual). Uma instrumentalização, no entanto, que, como a anterior, possui um mérito: o de valorizar, em sentido estético e formal, a literatura.

Os problemas ligados ao papel e à natureza da literatura são muitos e não é fácil dar uma definição acabada e definitiva; no entanto, a consciência desses problemas pode, pelo menos, tornar clara a complexidade de um sistema que possui certamente um alto valor. Ler, estudar os clássicos, acompanhar a mudança das exigências de escritores e editores não significa apenas comprovar “cultura”, acrescentar uma certa quantidade de dados armazenada na memória. Significa, de forma mais integral e íntegra, conferir um valor humano à leitura e à literatura no sentido mais amplo do termo. De fato, a literatura, como a arte em geral, é fruto exclusivo do homem. Ela o acompanha desde sempre e em cada momento, desde a infância até a idade adulta, até a velhice e até a morte, estando ele só, ou num grupo, como meio ou como finalidade.

É possível inferir, por todos esses aspectos, que a literatura – e consequentemente a leitura – é algo que deve ser privilegiado na formação de um indivíduo. Não só na sala de aula, mas em qualquer outro espaço, é importante dar dela uma consciência plena, não havendo espaço para visões parciais. Além de ser ao mesmo tempo história, com seus documentos (diários, narrativas, contextos), além de possuir uma dimensão linguística (sintaxe, comunicação), uma dimensão psicológica (inconsciente, evasão, fruição), além de representar processos mentais que as neurociências tentam desvendar, além de evidenciar uma dimensão de tradição (memória, cânone) e muito mais, ela é também um excelente meio para desenvolver os processos cognitivos no ser humano, aumentando e aperfeiçoando sua capacidade relacional, tornando-o consciente de si e do mundo em que vive. Em todas as suas manifestações, a arte é um dos produtos mais significativos e uma das mais relevantes manifestações da cognição humana (ARGENTON, 1996, p. 303).<sup>10</sup> E a arte literária, em particular, age como *libertação e compreensão do mundo, como efeito supremo*” (MONTALE apud ARGENTON, p. 305).<sup>11</sup> como conquista de uma verdade que aciona ao mesmo tempo processos cognitivos e afetivos, intelectivos e emotivos.

Como, então, promover a literatura em todas as suas dimensões e nuances a não ser pelo processo da leitura? Em *Lecture e lettori nella Francia di antico regime*, Roger Chartier (1988)<sup>12</sup> analisa a leitura no plural, isto é, as leituras são por ele estudadas enquanto práticas sociais múltiplas e mutáveis, de acordo com espaços, tempos e grupos sociais. Ele considera que o hábito de pensar nossa

<sup>10</sup> ARGENTON, Alberto. *Arte e cognizione: introduzione alla psicologia dell'arte*. Milano: Raffaello Cortina, 1996.

<sup>11</sup> MONTALE, Eugenio. *Ossi di seppia*. Milano: Mondadori, 1948.

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. *Lecture e lettori nella Francia di antico regime*. Milano: Einaudi, 1988. Cf. resenha de A. Prosperi. Disponível em: <http://www.interneshop.it>. Acesso em 04.4.2003.

maneira de ler como uma relação íntima entre um leitor e uma página, entre um leitor e um texto como a única possível, é profundamente enraizado. É desse hábito que, segundo Chartier, deriva a idéia de que ler um livro (ou um fato social ou observar uma obra de arte) faz emergir, de qualquer modo, uma verdade ou uma estrutura oculta através do silencioso processo de apropriação mental que constitui a laboriosa tarefa do leitor.

Esses aspectos se opõem evidentemente ao modelo estruturalista da leitura, isto é, uma leitura que não se relaciona a nenhum outro texto. Na verdade, sabemos que a leitura não pode ser analisada por esse ângulo, uma vez que toda leitura se associa naturalmente a outras num círculo quase infinito. Ao iniciar a leitura de cada novo livro, diz um dos *leitores-personagens* de Italo Calvino, este livro

vem se inserir no livro complexo, unitário que forma a soma de minhas leituras. Isso não acontece sem esforço: para compor esse livro geral, cada livro particular deve-se transformar, entrar em contato com os livros lidos anteriormente, tornar-se o corolário, o desenvolvimento, a refutação, a glosa ou o texto de referência. Faz anos que frequento esta biblioteca e exploro volume por volume, prateleira por prateleira, e entretanto eu poderia demonstrar-lhe que não fiz outra coisa senão progredir na leitura de um único livro. (CALVINO, 1982, p. 310)<sup>13</sup>

Também Calvino, durante toda a sua vida, frequentou essa biblioteca, explorando-a volume a volume, prateleira a prateleira, podendo demonstrar com isso, paradoxalmente, que ele também, como seu personagem, levou adiante apenas a leitura de um único grande livro.

As palavras de Calvino parecem ecoar as de Julia Kristeva quando define o texto como um mosaico de citações, de absorção e transformação de outros textos. Substitui-se o conceito de intersubjetividade pelo conceito de intertextualidade, e a linguagem poética passa a ser lida *pelo menos como dupla*. Na própria etimologia da palavra texto - do latim *textus, o que é tecido, entrelaçado* - está implícita a idéia de alguma coisa que resulta da relação de elementos que pré-existem ao texto. Esse conceito de texto, que já se tornou sinônimo não inocente de “obra literária”, convida a conceber a produção e a recepção literária como se estivessem fundadas no entrelaçamento de diferentes textos, códigos e discursos, em outras palavras, como intertextualidade-interdiscursividade.

<sup>13</sup> CALVINO, Italo. *Se um viajante numa noite de inverno*. Trad. Margarida Salomão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

#### 4 LEITURA, INTERTEXTUALIDADE E INTERDISCURSIVIDADE

A noção de interdiscursividade/intertextualidade, introduzida sob a influência dos conceitos de polifonia e camavalização de Bakhtin, ocupou um bom número de teóricos dos anos 60, notadamente na França. Julia Kristeva,<sup>14</sup> membro da atuante crítica francesa, revê os estudos semióticos dos anos 50-60, impondo-lhes uma nova direção e buscando na semiótica as possíveis respostas às perguntas fundamentais ligadas ao texto, a suas leis de funcionamento e ao lugar do texto dentro de uma multiplicidade de práticas sociais significantes, de modo que, sobre o texto como escritura-leitura, o texto literário se insere no conjunto deles:

[...] é uma escritura-réplica (função ou negação) de um outro (dos outros) texto(s). Pelo seu modo de escrever, lendo o *corpus* literário anterior ou sincrônico, o autor vive na história, e a sociedade se escreve no texto. A ciência paragramática deve, pois, levar em conta uma ambivalência: a linguagem poética é um *diálogo* de dois discursos. Um texto estranho entra na rede da escritura: esta o absorve segundo leis específicas que estão por descobrir. Assim, no paragrama de um texto, funcionam todos os textos do espaço lido pelo escritor. (KRISTEVA, 1974, p. 98)

[...]

[...] o texto literário se apresenta como um sistema de *conexões* múltiplas, que poderíamos descrever como uma estrutura de redes paragramáticas. Chamamos rede paragramática o *modelo tabular* (não-linear) da elaboração da imagem literária; em outros termos, o grafismo dinâmico e espacial que designa a plurideterminação do sentido na linguagem poética. (Ibidem, p. 101, grifos do original)

Na conceituação de Philippe Sollers, todo texto *situa-se na junção de mais textos onde ele é, ao mesmo tempo, a leitura, a acentuação, a condensação e o aprofundamento*.<sup>15</sup> A intertextualidade constitui, pois, *uma geologia de escrituras pela reutilização infinita de materiais textuais* (Goux).<sup>16</sup> Assim, diferentes seqüências de um texto aparecerão como transformações de outras seqüências tomadas de outros discursos, no interior da

<sup>14</sup> KRISTEVA, Julia. *Introdução à semântica*. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.

<sup>15</sup> SOLLERS, P. *Theorie d'ensemble*, 75. (Cópia eletrostática)

<sup>16</sup> GOUX, J.J. *Tel Quel*, v. 33, n. 82. (Cópia eletrostática)

formação ideológica total. Pode-se aproximar esta definição à de Michel Foucault: *Não é preciso dizer que não se supõem outros [textos], não há nenhum que não tenha ao redor de si um campo de coexistência, efeitos de séries e de sucessões, uma distribuição de funções e de papéis* (1972, p. 131).<sup>17</sup> Ou então podemos retomar Barthes, segundo o qual *O intertexto não possui outra lei que a infinitude de suas repetições* (1970, p. 217).<sup>18</sup> Isso ocorre, segundo Genette, porque *a humanidade, que descobre continuamente novos significados, não pode sempre inventar novas formas, e por vezes é obrigada a atribuir um sentido novo a formas antigas*. (1997, p. 13)<sup>19</sup>

O estudo da intertextualidade empreendido por Genette (1997) amplia-se para uma teorização metodológica que abarca categorias intertextuais de diferentes naturezas, envolvendo a *arquitextualidade* do texto, isto é, o caráter de "literariedade da literatura", ou o conjunto das categorias gerais ou transcendentemente relacionadas aos tipos de discurso, modos de enunciação, gêneros literários a cujas categorias cada texto pertence.

Para abarcar essa amplitude, Genette prefere o conceito de *transtextualidade* - ou transcendência textual do texto - definida como *tudo aquilo que coloca o texto, explícita ou implicitamente, em relação com outros textos* (p. 8). A transtextualidade, portanto, ultrapassa a arquitetualidade, incluindo-se em outros tipos de relações transtextuais que Genette distribui em cinco categorias, enumeradas de acordo com uma ordem crescente de abstração.

A primeira categoria, explorada nos anos 60 por Kristeva, sob o nome de *intertextualidade*, vai fornecer o paradigma terminológico que Genette define como

uma relação de co-presença entre dois ou mais textos [...] como a presença efetiva de um texto noutro. Em sua forma mais explícita e mais literal trata-se da *citação* [...]. De forma menos explícita e menos canônica, do plágio, ou seja, um empréstimo ainda literal, mas não declarado. De forma ainda menos explícita e menos literal, trata-se da *alusão*, ou seja, de um enunciado [...] que pressupõe a percepção de uma relação com outro enunciado ao qual remete necessariamente uma ou outra de suas inflexões. (1997, p. 4, grifos do original)

Esse estado implícito - e por vezes hipotético - do intertexto já foi e é, há alguns anos, um dos campos de estudo de Riffaterre que, em linhas gerais, define

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.

<sup>18</sup> BARTHES, Roland. *S/Z*. Paris: Seuil, 1970.

<sup>19</sup> GENETTE, Gérard. *Palimpsesti: la letteratura al secondo grado*. Trad. Raffaella Novità. Milano: Einaudi, 1997.

a intertextualidade de forma menos específica do que Genette, incluindo tudo o que Genette denomina transtextualidade. O intertexto é a percepção, por parte do leitor, de relações entre uma obra e outra antecedente ou posterior, chegando a identificar, nessa perspectiva, a intertextualidade com a própria literariedade: *Somente ela, com efeito, produz a significância, enquanto a leitura linear dos textos literários e não-literários só produz o sentido.* (RIFFATERRE, 1979, p. 496)<sup>20</sup>

A perspectiva geral em que se coloca a teoria de Riffaterre é a de uma orientação para o leitor e para o processo de leitura entendido como um percurso interpretativo do texto literário (RIFFATERRE apud BERNARDELLI, 2000, p. 17),<sup>21</sup> o que exige sempre pelo menos uma releitura do texto não mais meramente linear e sintática, mas tabular e semântica. (id., ibid., p. 19)

Contudo, Genette considera que a extensão de princípios proposta por Riffaterre traz consigo uma restrição, pois as relações estudadas por este são sempre da ordem das microestruturas semântico-estilísticas em nível de frase, de fragmento ou de texto breve, geralmente poético. Para Riffaterre, na avaliação de Genette, o traço intertextual é pois, como a alusão, mais da ordem da figura circunscrita (do detalhe) do que da obra considerada em seu conjunto. Genette argumenta que as pesquisas de Harold Bloom a respeito dos mecanismos da influência, embora conduzidas com outro enfoque, se dirigem ao mesmo tipo de interferência, mais intertextual do que hipertextual, uma vez que a teoria transtextual de Genette está centrada principalmente na relação ativa, histórica e formal entre textos, enquanto Harold Bloom focaliza eminentemente a relação existente entre os autores e a tradição literária, uma relação conflitual com os autores que os antecederam, especialmente com aquelas figuras literárias que constituem o cânone da literatura.

A segunda categoria de transtextualidade se constitui da relação, geralmente menos explícita e mais distanciada, que o texto propriamente dito mantém com o que pode ser definido como seu *paratexto* no conjunto formado pela obra literária. Esse paratexto inclui título, subtítulo, prefácio, postfácio, advertências, premissas, etc. E ainda, notas de rodapé, notas finais, epígrafes, entre outros acessórios, que conferem ao texto uma moldura (*variável*) e às vezes um comentário, oficial ou não, do qual o leitor mais exigente nem sempre pode usufruir. (1997, p. 5)

A título de exemplificação, Genette menciona o caso do *Ulysses*, de James Joyce, cujos capítulos evocam claramente alguns episódios da *Odisséia*: “As

<sup>20</sup> RIFFATERRE, Michel. “La syllepse intertextuelle”. *Poétique*, n. 40, p. 496-501, nov. 1979.

<sup>21</sup> BERNARDELLI, Andrea. *Intertextualità*. Firenze: La Nuova Italia, 2000.

sereias”, “Nausícaa”, “Penélope”, e assim por diante. Para Genette esses títulos ou subtítulos fazem claramente parte do romance, devendo ser incluídos na categoria paratextual.

O terceiro tipo de transcendência textual, que Genette chama *metatextualidade*, é constituído pela relação de comentário que geralmente une um texto a outro de que se fala, sem necessariamente citá-lo. O exemplo, recorda Genette, nos vem de Hegel que, em *Fenomenologia do espírito*, evoca, alusivamente e de forma silenciosa, “*Le Neveu de Rameau*”. Trata-se, pois, da relação crítica por excelência.

O quarto tipo de transtextualidade é o que Genette denomina *hipertextualidade*, ou seja, qualquer relação que ligue um texto B (hipertexto) a um texto anterior A (hipotexto),<sup>22</sup> sobre o qual aquele se insere de forma diferente à do comentário. Para clareza de nomenclatura, Genette define o texto B como texto *de segundo grau*, isto é, derivado de outro pré-existente. Essa derivação pode ser de ordem descritiva ou intelectual e, nesse sentido, temos um metatexto. Outro tipo de derivação se dá quando o texto B não fala do texto A, embora o texto B não pudesse existir, como é, sem a existência do texto anterior A.

Desse processo resulta uma operação que Genette denomina provisoriamente *transformação*, a qual evoca o texto A, de forma mais ou menos manifesta, sem necessariamente falar nele ou citá-lo. A *Eneida* (Virgílio) e o *Ulysses* (Joyce), para Genette, constituem, em medida diferente e certamente com objetivos diferentes, dois hipertextos derivados de um único hipotexto: a *Odisséia*.

A quinta (e última) categoria da transtextualidade é constituída pela *arquitextualidade*, uma noção que Genette reconhece como muito abstrata, mais implícita e oculta do que as anteriores. Trata-se de uma relação *absolutamente muda, quando muito articulada por uma menção de título, subtítulo, da indicação de Romance, Conto, Poesia, etc., que pertence exclusivamente ao aspecto taxionômico* (p. 7).

Uma relevante colocação de Genette, após ter categorizado os diversos tipos possíveis de intertextualidade, diz respeito ao fato de que não devemos considerar esses cinco aspectos de transtextualidade como classes hermeticamente divididas, sem comunicação ou intersecção recíproca, pois suas relações são, pelo contrário, numerosas e com frequência determinantes:

A arquitextualidade genológica, por exemplo, se constitui quase sempre, historicamente, pelo viés imitativo (Virgílio imita Homero, *Guzmán* imita

<sup>22</sup> Genette esclarece que o termo *hipotexto* foi empregado por Mieke Bal em “Notes on narrative embedding”, *Poetics Today*, Winter 1981, com o sentido de “narrativa metadiagética”, sendo pois um sentido completamente diferente daquele por ele empregado.



Lazarillo) e, portanto, [pelo viés] hipertextual. [...] O próprio hipertexto possui muitas vezes valor de comentário: um travestimento como o *Vergil travesti* é, de certa forma, uma "crítica" da *Eneida*, e Proust afirma (e prova) justamente que o *pastiche* é "crítica em ação". [...] E, em particular, a hipertextualidade como classe de obras é ela mesma um arquitexto genológico, ou melhor, *transgenológico*, isto é, uma classe de textos que engloba inteiramente alguns gêneros canônicos (embora menores), como o *pastiche*, a *paródia*, o *travestimento*, enquanto atravessa outros - provavelmente todos os demais [...]. (GENETTE, 1997, p. 11, grifos do original)

Essa posição, tanto do ponto de vista metodológico como epistemológico, esclarece alguns meandros intertextuais, propondo uma criteriosa análise das fronteiras da intertextualidade, sem a qual arrisca-se cair num labirinto do qual pode ser difícil encontrar a saída.

Ao afirmar: *Mais ou menos todos os livros contêm, medida, a fusão de qualquer repetição*, Mallarmé sublinha um fenômeno que, *longe de ser uma particularidade curiosa do livro, um efeito de eco, uma interferência sem conseqüências, define a própria condição de legibilidade literária* (JENNY, 1979, p. 5).<sup>23</sup>

É assim que se insere o irrenunciável conceito do fenômeno intertextual: ele não existiria, ou não poderia ser explicitado, se não pudéssemos relacioná-lo com os processos da leitura, uma vez que o intertexto só pode ser apreendido ou percebido se o leitor for o leitor de Calvino ou o *Lector* de Borges:<sup>24</sup>

Que otros se jacten de las paginas que han escrito;  
A mi me enorgullece las que he leído. (1974, p. 1016)

É preciso, portanto, pensar no rendimento científico ou hermenêutico do conceito de intertextualidade e em suas possibilidades de aplicação no processo da leitura, particularmente da leitura literária, uma vez que a leitura do texto nunca é um ato isolado, é um ato que deve ter presente todas as demais dimensões intratextuais, intertextuais e extratextuais ou transtextuais.

Um dos desenvolvimentos relativamente mais recentes do conceito de intertextualidade procede em outra direção, pois está ligado à sua caracterização como um dos principais dispositivos formais utilizados pela literatura pós-

<sup>23</sup> JENNY, Laurent. "A estratégia da forma". *Poétique*, n. 27. Trad. Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Almedina, 1979. p. 5-49. (Edição monográfica)

<sup>24</sup> BORGES, Jorge Luis. "Elogio de la sombra". In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Buenos Aires: Emecé, 1974.

moderna. Particularmente no trabalho de Linda Hutcheon (1985), o emprego frequente da ironia e da paródia nos textos pós-modernos.

Como enfatiza oportunamente Bernardelli (op. cit.), o emprego insistente de alusões, citações e referências a outros textos que pertencem, em sentido amplo, à tradição cultural, desencadeia no leitor a sensação da presença de um desvio irônico entre os textos evocados. Porém cada retomada de um texto *entre aspás* não é tão inocente como pode parecer à primeira vista. Com efeito, o texto pós-moderno cita, fazendo alusões a uma duplicidade ou a uma ambigüidade que do interior do texto literário se espelha e se canaliza para o sistema dos valores próprios de uma cultura inteira.

Na literatura da vanguarda européia e na literatura pós-moderna como um todo, o princípio estrutural é o de anular o autor tradicional, aquele "fantasma dos mil rostos que não tem rosto", que por trás de todo livro garante uma verdade àquele mundo de fantasmas e de invenções que fazem a literatura e a tornam mais verdadeira do que a realidade.

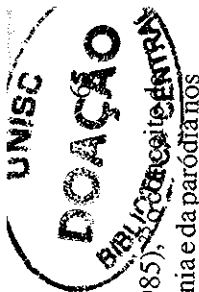
Podemos observar esses aspectos, por exemplo, no já citado romance de Italo Calvino - *Se um viajante numa noite de inverno*, 1982 - . Nesse romance que, de certa forma é uma "teoria do romance" e uma "teoria da leitura", através de um jogo literário sutil, elaborado e original, são conscientemente e explicitamente descobertos, desnudados e acionados os artifícios da ficção, as engrenagens, os truques, os alçapões da escritura e da leitura, demonstrando, ao mesmo tempo, a indissolubilidade entre literatura e leitura.

Através do procedimento da *mise en abyme*,<sup>26</sup> o tema da obra é transferido para o nível dos personagens, e a teoria do romance se torna visível e transparente justamente nos projetos e nas idéias expressas pelos dois personagens secundários: Silas Flannery, que pode ser reconhecido como o *alter ego* de Calvino, e Hermes Marana, responsável por todas as substituições, traduções, falsificações dos textos que constituem os romances "encapsulados" na moldura do romance.

E assim, nesse "romance da teoria do romance", mas também "teoria da leitura", o leitor que tradicionalmente gosta das histórias "acabadas" - e que normalmente ocupa a posição terminal na cadeia comunicativa - encontra-se imediatamente em contato com um anônimo e impessoal Narrador que o incita

<sup>25</sup> HUTCHEON, Linda. *A theory of parody*. New York-London: Routledge, 1985.

<sup>26</sup> A função narrativa da *mise en abyme*, segundo DÄLLENBACH, se caracteriza fundamentalmente por uma acumulação das propriedades vulgares da iteração e do enunciado de segundo grau, a saber, a aptidão para dotar a obra duma estrutura forte, de lhe assegurar melhor a significância, de a fazer dialogar consigo mesma e de a prover de um aparelho de auto-interpretação (DÄLLENBACH, 1979, p.53-54 e ss.).



a tornar-se protagonista de uma leitura cheia de aventuras continuamente interrompida.

Dessa forma, a intertextualidade, como potencialidade que cada texto tem de relacionar-se com outros textos, não é só implicitamente praticada por Calvino, cujo romance parece evocar muitos outros livros, particularmente os livros de Borges, mas é também realizada e concretizada na ficção narrativa, embora involuntariamente, pelo Leitor-Protagonista.

Na esperança de apropriar-se de toda a história, o leitor fica cada vez mais emaranhado em fragmentos de histórias que continuam remetendo o leitor ao autor e a outros textos numa espécie de labirinto. Em certos momentos, parece que o leitor fala diretamente com quem lê. Trata-se de um livro que se desenrola em dois níveis: um de compreensão bastante simples, por sua jocosidade baseada na busca frenética do texto a ser concluído, e outro, sobre como o leitor, o autor e o universo textual se comunicam entre si, trocando constantemente seus papéis. E também sobre como a mistificação na literatura pode ser uma chave adequada de leitura *versus* realidade.

Em suma, a odisséia do Leitor-Protagonista parece caracterizar-se como um aventureiro contato com a narrativa moderna de vanguarda e com a narrativa pós-moderna. Todavia a ironia de Calvino não destrói totalmente o modo tradicional de narrar, porque, na moldura total, concede ao "leitor real" o prazer, que é negado ao Leitor (com a letra L maiúscula), de uma história narrada até o fim. E, da forma mais convencional, o autor deixa que o herói, isto é, o Leitor (que é também protagonista), case com Ludmilla, a heroína, isto é, a Leitora.

Na verdade, não é que Calvino retome a narrativa romanesca tradicional: a história que o leitor acaba de ler na cama do casal é a "história do leitor", a história de quem "é como está lendo", ou seja, a história do "leitor que é lido". E o romance de Calvino torna-se literatura e metáfora da literatura; literatura e metáfora da leitura.

Esse tipo de leitura desafiadora requer naturalmente um leitor habilidoso, *experto*, que escava nas profundezas do texto em busca de qualquer referência potencial a outros textos. Por esse motivo, contrariamente às formas da citação explícita e declarada, as modalidades da alusão literária proporcionam ao leitor, mediante a mesma dificuldade do processo de reconhecimento,

o prazer de uma espécie de *cumplicidade* com o autor. O leitor passa a viver as mesmas leituras, e sua absorção, assim como foram vivenciadas pelo autor. A *biblioteca* "escondida" do autor, suas releituras dos textos, revivem no processo de reconhecimento da alusão literária [...] (BERNARDELLI, 2000, p. 40, grifos do autor)

Trata-se de um leitor que consegue transitar por um percurso altamente intrigante, mas também muito instigante no qual texto e leitor realizam aquelas conexões inerativas descritas por Iser (1996).<sup>27</sup> Embora Iser proponha uma teoria fundamentada na filosofia da linguagem, na teoria da comunicação e na estética, trata-se de uma teoria que, se por um lado preserva a unicidade que compete ao texto como portador de um conteúdo definido, por outro lado também reconhece ao ato da leitura a tarefa de extrair o texto do estado de animação suspensa em que se encontra antes de ser consumido pelo leitor, porque a leitura não devolve ao texto a mesma vida, de forma mecânica, mas o reconstitui de modo diferente, de acordo com as circunstâncias da experiência individual, numa interação texto-autor-leitor que ganha ainda mais consistência e peso pelo fenômeno intertextual.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O procedimento "coordenador", fundado na possibilidade de associar entre si unidades "recortadas" numa seqüência posterior, permite sempre a construção de um novo significado, senão de outro texto. E o próprio ato da leitura pode transformar-se, segundo Barthes, num instrumento de escritura ou de uma forma de *leitura criativa*. Esse conceito é evidente também na distinção que Barthes realiza entre as categorias do texto passível de ser lido e do texto passível de ser escrito.

Em S/Z (1970), Barthes denuncia a vaidade da ambição estruturalista de interpretar todas as narrativas através de uma única estrutura. A tentativa de encontrar uma estrutura é absurda, porque cada texto possui uma *diferença*. Nesse ensaio, Barthes distingue entre textos realistas, que oferecem ao leitor significados fechados, e outros tipos de textos que encorajam o leitor a *produzir* significados. O primeiro tipo de texto permite ao leitor unicamente ser o *consumidor* de um significado fixo e único: é o tipo de texto "leitável", identificado com aquilo que foi produzido de forma fechada e definitiva, que não permite a passagem a outros textos e não permite acionar a produção de um sentido posterior ou de uma corrente de interpretações. O segundo tipo de texto, pelo contrário, é o texto que torna o leitor um *produtor*: é o tipo de texto "escritável". (1970, p. 10 e ss.)

Trata-se do "texto plural", o texto dinâmico e transitivo que permite ao leitor passar a outros textos, abrindo o processo da leitura às potencialidades da criação

<sup>27</sup> ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996. v.1 e v. 2.

as, tendo uma obra servido como traço de união entre este homem e um certo público [...] (id., ibid.). Essa vivência, essas circunstâncias não podem ser outras que contextos culturais. Nas considerações de Escarpit, o sistema literatura transcende seu valor formal, adquirindo um valor representativo inteiramente novo (id., ibid.) intimamente relacionado com a coletividade cultural.

Todo o dialogismo, o entrecimento intertextual e transtextual que se mistura nos textos literários e não literários, justificaria, por si só, toda uma teoria da interdiscursividade e, por que não, toda uma teoria da leitura com seu corolário lingüístico e cognitivo. Porque quem lê deve oportunamente acentuar e articular as frases, modular as pausas e a entonação, em suma, as estruturas da língua, plasmando aquela forma unitária na qual se realiza o ato da decodificação e da posterior compreensão, um ato no qual se entrelaçam processos ligados à emoção, à cognição e a processos neurológicos complexos.

## REFERÊNCIAS

- ANGENOT, Marc. Intertexte, intertextualité. In: \_\_\_\_ et al. *Glossaire pratique de la critique contemporaine*. Ville La Salle: Hurtubise HMH, 1979.
- ARGENTON, Alberto. *Arte e cognizione*: introduzione alla psicologia dell'arte. Milano: Raffaello Cortina, 1996.
- BARTHES, Roland. *S/Z*. Paris: Seuil, 1970.
- \_\_\_\_. Aula. Tradução e pós-fácio de Leyla Perrone-Moisés. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- BERNARDELLI, Andrea. *Intertestualità*. Firenze: La Nuova Italia, 2000.
- BONFIL, Robert. A leitura nas comunidades judaicas da Europa Ocidental. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.
- BORGES, Jorge Luis. Elogio de la sombra. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Buenos Aires: Emecé, 1974.
- BRUNER, Jerome. *Atos de significação*. Trad. Sandra Costa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- CALVINO, Italo. *Se um viajante numa noite de inverno*. Trad. Margarida Salomão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CARVALHAL, Tania Franco (Orgs.). *Literatura comparada*: textos fundadores. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.149-156.

**SIGNO, Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 44, p. 49-71. jan./jun. 2003.**

de outros textos e de outros discursos como interpretações e compreensões sempre novas pelo processo de cooperação textual postulado por Umberto Eco (1986).<sup>28</sup>

Numa sugestiva metáfora a respeito do processo intertextual, que evidencia bem o relacionamento natural entre as leituras, Jerome Bruner compara os livros aos "cumes das montanhas que emergem do mar":

Mas, conquanto possam parecer ilhas inteiramente separadas, são elevações ligadas por uma geografia submersa que é, a um só tempo, localizada e parte de um padrão universal. Assim, ainda que inevitavelmente reflitam um momento e um lugar, eles fazem parte de uma geografia intelectual mais geral. (BRUNER, 1997, p. ix)

Em termos de intertextualidade, a leitura do texto sempre oferece, entre outros aspectos, o clássico conceito de "dialogismo" postulado por Bakhtin, embora o termo que hoje se utiliza com maior frequência, para generalizar a noção bakhtiniana de dialogismo, seja o de interdiscursividade, já ventilado por Angenot (1979, p. 111).<sup>29</sup> Se, de fato, cada perspectiva ideológica é representada por uma forma discursiva própria, o entrelaçamento dos discursos que constitui a vida de uma cultura - a co-presença de perspectivas diversas de pensamento, que torna vital uma sociedade - deve estar, de alguma forma, espelhada no interior de toda forma de produção. O conceito de interdiscursividade enfatiza, pois, a presença constante do diálogo entre diversas culturas e ideologias, assim como ela é mediada pela representação oferecida pelos mais diversos textos, literários ou não, e, obviamente, por sua leitura.

A mediação entre texto, leitura e cultura nos leva a pensar que cada cultura pode ser entendida como o relicário das informações necessárias à vida social, à convivência dos indivíduos, pois a cultura traduz a realidade em informações codificadas que possam ser preservadas e transmitidas como regras ou normas de uma memória coletiva, através de discursos e/ou textos. Uma vez que as dialéticas ideológicas e interculturais se espelham, por sua vez, nos textos, nasce o que podemos denominar "interdiscursividade cultural".

O conjunto de métodos propostos por Escarpit, para uma sociologia da literatura, se inscreve nessa interdiscursividade que tem o propósito de reconstituir em seus aspectos estáticos e dinâmicos os contextos sociais nos quais *nasceram e viveram os fatos literários* (1994, p. 155)<sup>30</sup>. Um fato literário não é simplesmente uma obra, e sim um homem que viveu em certas circunstâncias:

<sup>28</sup> ECO, Umberto. *Lector in fabula*: a cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Perspectiva, 1986.

<sup>29</sup> ANGENOT, Marc. Intertexte, intertextualité. In: \_\_\_\_ et al. *Glossaire pratique de la critique contemporaine*. Ville La Salle: Hurtubise HMH, 1979.

<sup>30</sup> ESCARPIT, Robert. Os métodos da sociologia literária. In: COUTINHO, Eduardo F.;

- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.
- . Entre *volumen e codex*. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.
- CHARTIER, Roger. *Lecture e lettori nella Francia di antico regime*. Milano: Einaudi, 1988.
- . Leitura e leitores "populares" da Renascença ao período clássico. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.
- DÄLLENBACH, Lucien. Intertexto e autotexto. *Poétique*. Trad. Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Almedina, p. 51-76, 1979. (Edição monográfica)
- ECO, Umberto. *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- ESCARPIT, Robert. Os métodos da sociologia literária. In: COUTINHO, Eduardo F.; CARVALHAL, Tania Franco (Orgs.). *Literatura comparada: textos fundadores*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.149-156.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FREUD, Sigmund. *Il motto di spirito e la sua relazione con l'inconscio*. Milano: Rizzoli, 1994.
- GENETTE, Gérard. *Palimpsesti: la letteratura al secondo grado*. Trad. Raffaella Novità. Milano: Einaudi, 1997.
- GILMONT, Jean-François. Reformas protestantes e leitura. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.
- GOUX, J.J. *Tel Quel*, v. 33, n.82. (Cópia eletrostática)
- GRAFTON, Anthony. O leitor humanista. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.
- HUTCHEON, Linda. *A theory of parody*. New York-London: Routledge, 1985.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996. v.1 e v. 2.
- JENNY, Laurent. A estratégia da forma. *Poétique*, n. 27. Trad. Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Almedina, 1979. p.5-49. (Edição monográfica)

- JULIA, Dominique. Leituras e Contra-Reforma. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.
- LYONS, Martyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.
- KRISTEVA, Julia. *Introdução à semântica*. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LAILO, Marisa. Leitura-literatura: mais do que uma rima, menos do que uma solução. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Teodoro da. *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1991. p. 87-99.
- McKENZIE, D.F. *Bibliography and the sociology of texts*. London: The Panizzi Lectures 1985.
- MONTALE, Eugenio. *Ossi di seppia*. Milano: Mondadori, 1948.
- PARKES, Malcom. Ler, escrever, interpretar o texto: práticas monásticas na Alta Idade Média. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.
- PETRUCCI, Armando. Ler por ler: um futuro para a leitura. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.
- RIFFATERRE, Michel. La syllepse intertextuelle. *Poétique*, n. 40, p.496-501, nov. 1979.
- SAENGER, Paul. A leitura nos séculos finais da Idade Média. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.
- SOLLERS, Philippe. *Theorie d'ensemble*, n. 75. (Cópia eletrostática)
- SVENBRO, Jesper. A Grécia arcaica e clássica: a invenção da leitura silenciosa. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.
- WITTMANN, Reinhard. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII? In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.
- ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Teodoro da. *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1991. p. 87-99.